

Mailson discute hoje pacote com Sarney

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, discutirá hoje com o Presidente Sarney a estratégia e o cronograma de implantação das novas medidas econômicas de combate ao déficit público, principalmente as referentes ao ajuste do Orçamento Fiscal à disponibilidade de receita.

A informação foi dada ontem pelo próprio Ministro, que afirmou que a aprovação do regime presidencialista pela Constituinte dará ao Presidente Sarney "condições de governar de forma mais efetiva".

— A decisão da Constituinte, em si, já representa uma contribuição importante, porque permite ao Governo trabalhar com um horizonte mais amplo e elimina incertezas. Definindo-se, como se espera, o mandato do Presidente em cinco anos, será bem melhor, porque ficará ampliado o horizonte de trabalho.

Ele disse não ter informações de que o Governo está pronto para adotar as medidas, "que ainda dependem de alguns retoques". O árbitro, acrescentou, será o Presidente Sarney, e as medidas deverão ser adotadas o mais rápido possível.

As novas medidas foram classificadas de duras pelo Ministro, que no entanto se recusou a enumerá-las. Deu apenas algumas informações genéricas:

— São medidas relacionadas com as finanças públicas, para ajustar os gastos do Governo em um nível de déficit público suportável, que possa ser financiado sem transtornos à economia, à inflação e às expectativas dos agentes econômicos.

Mailson disse também que não se pretende adotar um novo congelamento de preços, nem eliminar a Unidade de Referência de Preços (URP) para os reajustes salariais do setor privado. Não descartou mudanças na política salarial do setor público, inclusive das empresas estatais, de forma a conter os gastos com pessoal do Governo, ao mesmo tempo em que afastou a possibilidade de cortes nos subsídios e incentivos, já que no pacote fiscal de dezembro do ano passado foram adotadas medidas neste sentido.

Segundo o Ministro, também não se deve esperar "um resultado espetacular" na



Mailson ainda retoca as propostas

aceleração do processo de privatização das empresas estatais, que ele adverte não constituir uma panacéia.

Mailson da Nóbrega admitiu não haver aceitação unânime das medidas, "porque isto é próprio do regime democrático". Observou que, embora, em princípio, todos sejam favoráveis ao combate ao déficit público, sempre surgem resistências quando se pretende conter gastos.

Mailson disse que o árbitro final da data certa para início da execução das medidas, que ele prefere não classificar como "pacote", mas de "uma série de medidas voltadas para dentro do Governo". De qualquer maneira — disse o Ministro — quanto mais cedo forem executadas, melhor para o País.